



## **REGULAMENTO GERAL DA ASSOCIAM**

Em cumprimento do consagrado no artigo 9.º dos Estatutos, no sentido de conferir um cariz ordenado e sistemático aos diferentes actos do quotidiano desta associação, de forma a regular o funcionamento dos seus órgãos sociais e dos respectivos titulares, visando, também, conferir uma efectiva funcionalidade orgânica a toda a estrutura da ASSOCIAM, estabelecem-se como princípios regulamentares os seguintes:

### **CAPÍTULO I – IDENTIFICAÇÃO**

#### **Artigo 1.º Denominação**

A Associação adopta a denominação de Associação de Sociólogos do Alto Minho, adiante designada pela sigla ASSOCIAM.

#### **Artigo 2.º Simbologia**

A ASSOCIAM adoptará a simbologia mais adequada ao seu reconhecimento externo e à expressão dos seus princípios fundamentais, materializada através dos meios habituais de identificação – logótipo, marca de água e sigla – constantes do anexo 1 a este Regulamento.

#### **Artigo 3.º Sede**

A ASSOCIAM, fica sedeadada na cidade de Viana do Castelo, em local a definir pelos seus associados em Assembleia – Geral, sob proposta da respectiva Direcção.

### **CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS GERAIS**

#### **Artigo 4.º Princípios fundamentais**

À actividade da ASSOCIAM presidem, entre outros, os seguintes princípios:

1. Democraticidade – todos os associados têm o direito de participar na actividade da associação, incluindo o de eleger e ser eleitos para os corpos directivos e de serem nomeados para cargos associativos, à excepção dos associados nas condições previstas no n.º 2 do artigo 9.º;
2. Independência – implica a não submissão da associação a partidos políticos, organizações estatais, privadas ou religiosas, ou a qualquer outra organização que, pelo seu carácter, impliquem a perda da independência da ASSOCIAM, de qualquer dos seus órgãos representativos, ou contrariem qualquer dos princípios aqui enunciados;
3. Autonomia – a ASSOCIAM goza de autonomia na elaboração dos respectivos estatutos e demais normas internas, na eleição dos seus órgãos dirigentes, na gestão e administração do respectivo património e na elaboração do seu plano de actividades e orçamento.

#### **Artigo 5.º Objectivos**

A ASSOCIAM tem por objectivos:

1. Promover o conhecimento científico e técnico para o desenvolvimento das actividades no domínio da Sociologia;
2. Implementar acções de aperfeiçoamento e actualização dos conhecimentos científicos dos seus associados;
3. Contribuir para a participação dos seus associados na reflexão e tomada de posição relativamente a questões de ordem sociológica ligadas ao desenvolvimento regional do Alto Minho;



4. Pugnar pela divulgação e observância dos princípios deontológicos da investigação e acção sociológica dos seus associados;
5. Promover o intercâmbio e a cooperação com organismos, nacionais ou estrangeiros, cujos princípios ou actividade sejam do interesse da ASSOCIAM e não contrariem os seus estatutos;
6. Promover as parcerias que se venham a considerar oportunas com outras entidades, públicas e privadas, no âmbito das actividades da ASSOCIAM.
7. Divulgar junto das instituições e da opinião pública a natureza e os contributos da Sociologia.
8. Favorecer o relacionamento com outras disciplinas.
9. Tem também por objectivos:
  - a) Dar maior visibilidade à profissão de sociólogo;
  - b) Constituir-se como um fórum para debate de ideias e opiniões sobre as diversas áreas abrangidas pelo conhecimento sociológico;
  - c) Pugnar pela formação académica e científica de elevado nível, bem como pela observância estrita do código deontológico do sociólogo;
  - d) Implementar programas de acções de formação para actualização e/ou reciclagem de conhecimentos;
  - e) Constituir-se como um espaço de apoio aos estudantes de Sociologia;
  - f) Formar uma bolsa de sociólogos disponíveis para integrarem equipas multidisciplinares constituídas ou a constituir por iniciativa de entidades públicas ou privadas;
  - g) Apoiar e participar em iniciativas de carácter nacional promovidas pela APS;
  - h) Assumir-se como parceiro social regional na definição das políticas de carácter educativo, social e cultural;
  - i) Estabelecer parcerias de colaboração com outros núcleos regionais nacionais e internacionais de Sociologia.
  - j) Promover a edição de publicações.
  - k) Organizar e desenvolver serviços de documentação e informação.

### **CAPÍTULO III – DOS ASSOCIADOS**

#### **Artigo 6.º – Categorias de associados**

A ASSOCIAM compreende duas categorias de associados:

1. Efectivos;
2. Extraordinários
  - a) Beneméritos;
  - b) Honorários;
  - c) Correspondentes;
  - d) Colectivos;
  - e) Estudantes.

#### **Artigo 7.º – Aquisição da qualidade de associado**

1. A admissão como associado efectivo é directamente decidida pela Direcção, mediante proposta do candidato;
  - a) A proposta deve sempre ser subscrita pelo interessado;
  - b) Da não admissão como associado efectivo cabe recurso para a Assembleia-geral;
  - c) Podem ser associados efectivos todos os que possuam formação académica e/ou científica de nível superior no âmbito da Sociologia;



- d) Podem ainda ser associados efectivos todos os que exerçam actividade profissional e/ou científica no âmbito da Sociologia.
- 2. A admissão como associado extraordinário só é possível após aprovação em Assembleia-geral da proposta da Direcção nesse sentido;
  - a) Podem ser associados beneméritos todas aquelas entidades individuais ou colectivas que tenham prestado contributo significativo para os fins prosseguidos pela ASSOCIAM, nas formas intelectual, financeira ou material;
  - b) Podem ser associados honorários aqueles que tenham prestado consideráveis serviços ao desenvolvimento da Sociologia;
  - c) Podem ser associados correspondentes pessoas com formação e/ou com actividade profissional no âmbito da Sociologia que residam no estrangeiro;
  - d) Podem ser associados colectivos pessoas colectivas com sede no país;
  - e) Podem ser associados estudantes todos os alunos a frequentar cursos de Sociologia de diversos graus no ensino superior.

### **Artigo 8.º – Direitos dos associados**

- 1. Dos associados efectivos:
  - a) Eleger e ser eleito para os corpos sociais da ASSOCIAM;
  - b) Participar nas suas actividades;
  - c) Beneficiar da acção por esta desenvolvida;
  - d) Intervir e votar na assembleia-geral;
  - e) Requerer a convocação de assembleia-geral, nos termos e nas condições fixadas;
  - f) Utilizar os serviços oferecidos pela ASSOCIAM, nas condições fixadas;
  - g) Examinar os relatórios e livros de contas da Direcção, nos 5 dias anteriores à reunião da Assembleia-geral convocada para a sua apreciação.
- 2. Dos associados extraordinários:
  - a) Os direitos dos associados beneméritos, honorários e colectivos são os mesmos dos associados efectivos, excepto no que concerne às alíneas a), d) e e) do número anterior;
  - b) Os direitos dos associados correspondentes e estudantes são os mesmos dos associados efectivos, com excepção do previsto na alínea a) no número anterior;

### **Artigo 9.º – Deveres dos associados**

- 1. Dos associados efectivos:
  - a) Cumprir os estatutos;
  - b) Exercer os cargos para que tenham sido eleitos ou nomeados em Assembleia-geral, salvo nos casos de escusa justificada e aceite pela Mesa da Assembleia-geral;
  - c) Participar nas actividades da ASSOCIAM;
  - d) Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos órgãos deliberativos, executivos e consultivos tomadas de acordo com os estatutos;
  - e) Contribuir para a manutenção da ASSOCIAM, mediante pagamento das quotas fixadas, à excepção dos desempregados e estudantes dos graus de bacharelato e licenciatura;
  - f) Agir solidariamente na defesa dos objectivos daquela;
  - g) Respeitar e fazer respeitar o Código Deontológico do profissional em Sociologia.
- 2. Dos associados extraordinários são os mesmos que os dos associados efectivos, exceptuando-se o dever previsto na alínea b) do número anterior.



### **Artigo 10.º – Perda da qualidade de associados**

1. Perdem a qualidade de associados aqueles que deixarem de cumprir os deveres gerais referidos no artigo anterior.
2. Os associados que incorrerem na penalização prevista no número um serão advertidos pela Direcção, sob proposta dos conselhos Jurisdicional ou Deontológico, com a devida justificação, com a antecedência mínima de sessenta dias antes da realização da Assembleia-geral.
3. O recurso e a ratificação desta penalização são feitos na Assembleia-geral seguinte à apresentação da advertência pela Direcção.
4. Os associados que deixem de se encontrar nas situações previstas nas alíneas d) do n.º 1 e c) e e) do n.º 2, ambos do artigo 8.º.
5. Deixem de pagar as importâncias correspondentes a seis meses de quotas.
6. Os que apresentem por escrito o seu pedido de demissão à Direcção.
- 7.

## **CAPÍTULO IV – DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAM**

São órgãos da ASSOCIAM a Assembleia-geral, a Direcção e o Conselho Fiscal, cujo mandato é de dois anos.

### **Secção I – Assembleia-geral**

#### **Artigo 11.º – Composição**

A Assembleia-geral é constituída pelos associados efectivos da ASSOCIAM que estejam no pleno gozo dos seus direitos.

#### **Artigo 12.º Reuniões**

1. As Assembleias-gerais são ordinárias ou extraordinárias.
2. A Assembleia-geral ordinária reúne anualmente, no primeiro trimestre, para:
  - a) Discutir e votar o relatório de contas do exercício anterior;
  - b) Fixar o montante da quota anual;
  - c) Eleger os membros da sua própria Mesa, da Direcção, do Conselho Fiscal;
  - d) Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.
3. A Assembleia-geral ordinária também anualmente, no último trimestre, para aprovação do plano de actividades e orçamento.
4. A Assembleia-geral reúne extraordinariamente sempre que a Direcção ou o Conselho Fiscal solicitem ao Presidente da Mesa a sua convocação ou quando esta convocação lhe for requerida por, pelo menos, 25% dos sócios efectivos no pleno gozo dos seus direitos, devendo, neste caso, estar obrigatoriamente presentes 2/3 dos requerentes.

#### **Artigo 13.º Mesa**

1. A Mesa da Assembleia-geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, a eleger em assembleia-geral.
2. Nas suas faltas ou impedimentos o presidente é substituído pelo vice-presidente e este pelo secretário.
3. No caso de nenhum destes se encontrar presente a Assembleia-geral elegerá uma “mesa ad-hoc” para dirigir os trabalhos dessa sessão que será presidida pelo sócio presente mais antigo ou outro que por este seja escolhido.



### **Artigo 14.º – Competências da Mesa da Assembleia-geral**

1. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral convocar as reuniões da Assembleia e dirigir os seus trabalhos.
2. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.
3. Compete ao Secretário substituir o Presidente e/ou o Vice-Presidente nas suas faltas ou impedimentos, bem como promover todo o expediente e redigir as actas das reuniões.

### **Artigo 15.º – Competências da Assembleia-geral**

São da competência exclusiva da Assembleia-geral, sem possibilidade de delegação em qualquer outro órgão, os seguintes actos:

1. Eleger, bienalmente, os membros da Mesa da Assembleia-geral, da Direcção e do Conselho Fiscal, bem como destitui-los das suas funções nos termos fixados adiante.
2. Fixar anualmente os valores das quotas periódicas;
3. Aprovar anualmente o Relatório de Actividades e Contas apresentados pela Direcção, bem como o consequente parecer do Conselho Fiscal;
4. Aprovar anualmente o Plano de Actividades e Orçamento apresentados pela Direcção;
5. Aprovar os regulamentos internos;
6. Apreçar os recursos e deliberar sobre os mesmos, nos termos do número 1 do artigo 8.º;
7. Aprovar a admissão dos associados extraordinários, nos termos do número 2 do artigo 8.º;
8. Confirmar as penalizações impostas a associados mediante propostas da Direcção, ou do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 11.º;
9. Autorizar a Direcção a adquirir, alienar ou onerar bens móveis e imóveis;
10. Resolver, em última instância, os diferendos entre os órgãos da ASSOCIAM ou entre estes e os associados;
11. Alterar os estatutos, com o voto favorável de, pelo menos, dois terços de todos os associados efectivos;
12. Destituir a Mesa da Assembleia-geral, a Direcção, e o Conselho Fiscal por convocação expressa para o efeito;
13. Dissolver a ASSOCIAM e nomear liquidatários, estabelecendo o destino dos bens e os procedimentos a adoptar, com o voto favorável de três quartos de todos os associados efectivos;
14. Ratificar a constituição e dissolução das secções previstas nos artigos 25.º e 26.º.

### **Artigo 16.º – Quórum**

1. É necessária a presença da maioria dos associados para que a Assembleia-geral possa constituir-se validamente após a primeira convocação.
2. Se não estiverem presentes os associados suficientes a Assembleia-geral terá início trinta minutos depois da hora para que foi convocada, com qualquer número de associados presentes;

### **Artigo 17.º – Votação**

1. A cada associado corresponde um voto.
2. O direito de voto é sempre pessoalmente exercido.
3. É possível, aos sócios correspondentes ou ausentes temporariamente da região, a votação por correspondência, na forma a regulamentar.
4. Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações da Assembleia-geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos sócios presentes.



5. As deliberações sobre alteração dos estatutos exigem o voto favorável de, pelo menos, três quartos do número de sócios presentes.
6. As deliberações sobre a extinção da Associação requerem o voto favorável de, pelo menos, quatro quintos de todos os associados efectivos.

## **Secção II – Direcção**

### **Artigo 18.º – Composição**

A Direcção é composta por um presidente e dois vogais, reelegíveis até ao máximo de dois mandatos consecutivos.

### **Artigo 19.º – Competências**

À Direcção compete:

- a) Administrar a ASSOCIAM, elaborar regulamento e zelar pelo rigoroso cumprimento dos estatutos e dos fins prosseguidos pela mesma;
- b) Executar as deliberações da Assembleia-geral;
- c) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
- d) Decidir sobre a admissão, exclusão ou readmissão de sócios;
- e) Aceitar e recusar doações, heranças ou legados feitos à ASSOCIAM;
- f) Elaborar, anualmente, o plano de actividades e orçamento;
- g) Elaborar, anualmente, o relatório de actividades e contas;
- h) Fixar as datas de pagamento das quotas;
- i) Promover e coordenar todas as acções tendentes à consecução dos objectivos da ASSOCIAM.

### **Artigo 20.º – Funcionamento**

1. A Direcção reúne, pelo menos, uma vez por trimestre, ou sempre que o seu presidente a convocar e só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes e, em caso de empate, o presidente tem voto de qualidade.
3. A ASSOCIAM obriga-se pela assinatura de dois membros da Direcção, sendo uma delas a do tesoureiro.

## **Secção III – Conselho Fiscal**

### **Artigo 21.º – Composição**

O Conselho Fiscal é composto por um presidente e dois vogais, reelegíveis até ao máximo de dois mandatos consecutivos.

### **Artigo 22.º – Competências**

Compete ao Conselho Fiscal:

1. Examinar a contabilidade da Associam, pelo menos, uma vez por ano;
2. Emitir parecer sobre o orçamento e o relatório e contas apresentados pela Direcção;
3. Dar parecer sobre os actos fundamentais da administração da ASSOCIAM em matéria de natureza financeira e/ou fiscal, sempre que, para tal, seja solicitado pela Assembleia-geral ou pela Direcção;
4. Colaborar com a Direcção sempre que para tal seja solicitado;
5. Requerer ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral a convocação de reuniões extraordinárias, sempre que o entenda justificadamente conveniente.



### **Artigo 23.º – Funcionamento**

O Conselho Fiscal reúne, pelo menos, duas vezes por ano ou sempre que o seu presidente o convoque e só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros.

### **Secção IV – Secções**

#### **Artigo 24.º – Objectivos**

Os associados poderão organizar-se em secções, para desenvolverem estudos ou projectos que se enquadrem nos objectivos da ASSOCIAM.

#### **Artigo 25.º – Funcionamento**

1. Compete à Direcção aprovar e levar à ratificação da Assembleia-geral a criação e dissolução das secções.
2. Para tal, as secções, sob proposta subscrita por, pelo menos, cinco associados efectivos, apresentarão o projecto respectivo, científico e financeiramente fundamentados.
3. As secções organizar-se-ão e funcionarão de forma autónoma devendo, no entanto, apresentar à Direcção, além do plano de actividades anual, um relatório de actividades semestral.
4. Enquanto a Assembleia-geral não ratificar a criação da Secção, pode esta funcionar, com o apoio da Direcção, nos moldes a fixar no regulamento.
5. Para acompanhar a actividade das Secções, a Assembleia-geral nomeará uma Comissão, composta por três sócios efectivos.
6. Esta Comissão reunirá, pelo menos, uma vez por semestre, com os membros de cada Secção, apresentado um consequente relatório à Direcção em conjunto com o relatório semestral de actividade a apresentar pela Secção.

## **CAPÍTULO V – RECEITAS DA ASSOCIAM**

### **Artigo 26.º – Origem das receitas**

Constituem receitas da ASSOCIAM:

1. Quotizações pagas pelos associados;
2. Subsídios, doações, legados e participações que lhe sejam atribuídos;
3. Rendimento de bens;
4. O produto de publicações e de serviços prestados pela ASSOCIAM;
5. Quaisquer outras receitas eventuais.

### **Artigo 27.º – Aplicações**

As receitas terão aplicação obrigatória na cobertura das despesas de gestão, destinando-se o saldo aos fins deliberados pela Assembleia-geral que aprovar as contas do exercício.

## **CAPÍTULO VI – DO PROCESSO ELEITORAL**

### **Artigo 28.º – Enquadramento**

As eleições de corpos gerentes da ASSOCIAM regem-se pelas normas dos seus estatutos e do presente regulamento.

### **Artigo 29.º – Âmbito**

Considera-se aberto o processo eleitoral no dia em que for, pelo Presidente da Mesa, afixado na sede e enviado a todos os associados o aviso destinado à convocação da respectiva Assembleia-geral.



1. O Processo pré-eleitoral deve ser desencadeado com antecedência tal que permita realizar as eleições, de dois em dois anos, sempre no mês de Novembro.
2. No entanto, sempre que, por qualquer motivo, a Mesa da Assembleia-geral, a Direcção ou o Conselho Fiscal se encontrem com menos de dois terços dos seus membros, o presidente da Mesa deverá ser informado desse facto para convocar, no prazo de trinta dias, a Assembleia-geral a fim de se proceder a eleições para preenchimento das vagas ocorridas, até ao fim do mandato.
3. Na convocatória aviso deve ser mencionada a data limite da aceitação de candidaturas, bem como de todo o calendário do processo eleitoral.

### **Artigo 30.º – Listas**

1. Até às 19,00 horas da data limite referida no artigo anterior, qualquer sócio efectivo pode apresentar, na sede da ASSOCIAM, uma lista de candidatos.
2. As listas devem conter o nome, residência, profissão, número de sócio efectivo e cargo para que é candidato cada um dos seus componentes.
3. Em anexo, devem ser entregues declarações, assinadas pelos candidatos, com anuência expressa da candidatura ao respectivo cargo.
4. Cada lista deve conter a indicação de um sócio mandatário, que pode também ser candidato.
5. Cada lista deve conter o número de candidatos necessários para o preenchimento de todos os órgãos da ASSOCIAM, que vão ser eleitos.
6. As listas devem ser apresentadas em duplicado, no qual será passado recibo da sua entrega, pelos serviços administrativos.
7. Nas 24 horas imediatas, a Mesa da Assembleia-geral deve estudar a composição das listas, verificando o cumprimento das normas 1 a 5 deste artigo e se todos os sócios são elegíveis.
8. A não indicação do mandatário, nos termos do número 4, deste artigo, invalida a candidatura.
9. Encontradas quaisquer incorrecções na composição das listas, o Presidente da Mesa avisa o respectivo mandatário, concedendo-lhe um prazo, nunca inferior a 24 horas, nem superior a 72, para rectificar os lapsos.
10. Findo o prazo referido no número anterior, a Mesa decide, definitivamente, sobre as listas que aceita como candidatas.
11. Quarenta e oito horas antes da hora marcada para o início da Assembleia-geral, a Mesa procede, na sede da ASSOCIAM, ao sorteio das listas, atribuindo-lhes uma letra, por ordem alfabética.
12. A este sorteio podem assistir quaisquer sócios interessados.
13. Depois do sorteio, a Mesa providenciará para que seja afixada, na sede da ASSOCIAM, a composição das listas com a identificação dos candidatos, de acordo com o número 11 deste artigo, assim como a letra que lhes foi atribuída no sorteio.
14. Não haverá lugar a qualquer sorteio se houver só uma lista de candidatos, caso em que a Mesa se limitará a afixar a sua composição, na sede da ASSOCIAM, antes de expirado o prazo referido neste artigo.
15. O mandatário de cada uma das listas pode apresentar, ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral, um programa de actividades, que será afixado conjuntamente com a composição da lista.





### **Artigo 31.º – Registo dos eleitores**

1. A Mesa da Assembleia-geral deve organizar, à entrada da respectiva reunião, um caderno para registo do nome e do número de cada sócio presente, para que se verifique o cumprimento do parágrafo 1 alínea a do artigo 8.º deste Regulamento.
2. Os sócios que pretendam pagar quotas em atraso, podem fazê-lo, à entrada da Assembleia e antes do início formal da mesma.

### **Artigo 32.º – Mandatário**

1. No ponto da ordem de trabalhos destinado às eleições, é permitido ao mandatário de cada lista intervir, em nome e representação desta, para fundamentar a respectiva candidatura e o inerente programa, durante o máximo de 30 minutos.
2. Qualquer sócio não candidato pode intervir, neste ponto, durante 2 minutos.

### **Artigo 33.º – Distribuição dos boletins de voto**

1. Findas as intervenções referidas no artigo anterior, o Presidente da Mesa manda distribuir os votos pelos sócios presentes.
2. Os boletins de voto devem conter a discriminação das listas, por ordem alfabética, sem qualquer outra identificação além da respectiva letra e de um quadrado por cada lista, onde o votante assinalará, com uma cruz, a sua preferência.

### **Artigo 34.º – Votação**

1. Pelo caderno de presenças é feita a chamada dos sócios, para exercerem o seu direito de voto.
2. Os votos devem ser entregues ao Presidente da Mesa que os introduzirá na respectiva urna.
3. Depois de votarem todos os inscritos, deve o Presidente da Mesa inquirir se falta votar algum sócio e, em caso afirmativo, verificar a sua condição de eleitor, inscrevê-lo no caderno de presenças (se ainda o não estiver) e permitir a votação.
4. Encerrada a votação, é conferido e anunciado o número de votantes, em função das descargas efectuadas no caderno de presenças.

### **Artigo 35.º – Apuramento**

1. Em seguida, a Mesa procede à contagem do número de votos entrados na urna, bem como dos atribuídos a cada lista, dos brancos e dos nulos.
2. É considerado nulo o voto que não dê indicações claras, objectivas e inequívocas sobre a lista escolhida, que contenha quaisquer palavras, caracteres ou outros símbolos – que não os originais, ou indique, mesmo indirectamente, o seu autor.
3. A Mesa é soberana na apreciação da indicação dos votos, podendo, no entanto, os mandatários das listas ditar para a acta a sua opinião ou protesto.

### **Artigo 36.º – Anúncio dos resultados**

1. O Presidente da Mesa deve, imediatamente após a conferência referida no artigo anterior, anunciar a lista eleita, o número de votantes em cada uma e o número de votos brancos e nulos.

### **Artigo 37.º – Acta da eleição**

Antes de dar por findos os trabalhos da Assembleia-geral, o Presidente deve inquirir aos sócios se desejam que seja lavrada em acta alguma reclamação ou protesto à forma de condução da Assembleia e, em caso afirmativo, encarregar o Secretário de tomar nota do seu conteúdo.



### **Artigo 38.º – Verificação do apuramento**

Os mandatários das listas poderão verificar a observância de qualquer dos preceitos deste regulamento.

## **CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 39.º – Exercício**

O ano associativo coincide com o ano civil

### **Artigo 40.º – Remunerações**

O exercício dos cargos sociais da ASSOCIAM não será remunerado.

### **Artigo 41.º – Impedimentos**

Sempre que, por qualquer motivo, a Mesa da Assembleia-geral, a Direcção ou o Conselho Fiscal se encontrem com menos de dois terços dos seus membros, o presidente da Mesa deverá ser informado desse facto para convocar, no prazo de trinta dias, a Assembleia-geral a fim de se proceder a eleições para preenchimento das vagas ocorridas, até ao fim do mandato.

### **Artigo 42.º – Haveres**

Serão confiados à Direcção os seguintes haveres:

1. Ficheiro geral de associados;
2. Legados documentais e bibliográficos;
3. Materiais respeitantes a pesquisas levadas a cabo pela ASSOCIAM.

### **Artigo 43.º - Adesão a outras organizações**

A ASSOCIAM poderá aderir a qualquer outra associação ou confederação de associações nacionais ou internacionais, de acordo com a vontade expressa pela maioria absoluta dos associados em Assembleia-geral.

### **Artigo 44.º – Foro**

A ASSOCIAM fica sujeita às leis e tribunais portugueses, sendo o foro da comarca de Viana do Castelo, com renúncia expressa a qualquer outro, o único competente para dirimir todas as questões emergentes da interpretação e aplicação dos presentes estatutos e do respectivo regulamento.